

BOAS PRÁTICAS DA CONSERVAÇÃO EM OLINDA-PE: UM DESTINO POSSÍVEL?

BUENAS PRÁCTICAS DE CONSERVACIÓN EN OLINDA-PE: ¿UN POSIBLE DESTINO?

GOOD PRACTICES IN CONSERVATION IN OLINDA-PE: A POSSIBLE DESTINATION?

BARRETO, JULIANA CUNHA

Doutoranda em Conservação e Reabilitação, na Faculdade de Arquitectura, da Universidade de Lisboa, em Portugal. Email: juliana.barreto@gmail.com

MILET, VERA

Professora Aposentada do Departamento de Arquitectura da Universidade Federal de Pernambuco. Email: vera_milet@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo do presente artigo é compreender a relação entre o manual "Conservar Olinda: boas práticas no casario", publicado em 2010, pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), e a preservação do sítio histórico de Olinda, a partir da discussão que envolve as intervenções arquitetônicas nesse mesmo acervo. O manual foi concebido com o propósito de orientar proprietários e usuários de imóveis situados no sítio histórico de Olinda, a fim de minimizar a ocorrência de obras irregulares e dos impactos resultantes das descaracterizações dos imóveis. Ainda que fundamentado em arcabouço teórico especializado e nas legislações de proteção em vigor, entende-se que a aplicabilidade do manual ainda não resultou efetiva à intimidação desse cenário de risco. Se por um lado, a rarefeita compreensão do conteúdo por parte da população residente pode ser das eventuais causas, por outro, podemos citar conflitos que envolvem a gestão da conservação, tais como a limitada capacidade de controle urbano diante do extenso perímetro tombado, as eventuais divergências de entendimentos que envolvem a atividade de análise projetual, bem como a necessidade de estudos complementares para introdução de novas tecnologias e de condicionantes ambientais no casario preexistente, resultantes das atuais demandas de uso e habitabilidade. Das contribuições ofertadas pelo manual, estão a identificação dos valores patrimoniais de longa duração do sítio histórico, a classificação tipológica do casario e a seleção dos projetos considerados Boas Práticas, cujas referências são aproveitadas pela comunidade acadêmica, na exploração em pesquisas e reflexões teóricas, do curso de Arquitectura e Urbanismo.

PALAVRAS-CHAVE: conservação; sítio histórico de Olinda; boas práticas; projetos arquitetônicos de intervenção; gestão da conservação.

RESUMEN

El propósito de este artículo es comprender la relación entre el manual "Conservación de Olinda: buenas prácticas en las casas", publicado en 2010 por el Centro de Estudios Avanzados de Conservación Integrada (CECI), y la preservación del sitio histórico de Olinda, de la discusión que envuelve las intervenciones arquitectónicas en esta misma colección. El manual fue concebido con el propósito de orientar a propietarios y usuarios de predios ubicados en el conjunto histórico de Olinda, con el fin de minimizar la ocurrencia de obras irregulares y los impactos resultantes del deterioro de los predios. Si bien se basa en un marco teórico especializado y en la legislación de protección vigente, se entiende que la aplicabilidad del manual aún no se ha traducido en una intimidación efectiva de este escenario de riesgo. Si, por un lado, la comprensión enrarecida del contenido por parte de la población residente puede deberse a posibles causas, por otro lado, podemos citar conflictos relacionados con la gestión de la conservación, como la limitada capacidad de control urbanístico ante la extensa perímetro protegido, las posibles divergencias de entendimiento que involucran la actividad de análisis de diseño, así como la necesidad de estudios complementarios para introducir nuevas tecnologías y condiciones ambientales en viviendas preexistentes, derivadas de las demandas actuales de uso y habitabilidad. Los aportes que ofrece el manual incluyen la identificación de valores patrimoniales a largo plazo del sitio histórico, la clasificación tipológica de las viviendas y la selección de proyectos considerados Buenas Prácticas, cuyas referencias son utilizadas por la comunidad académica, en la exploración de investigación y reflexiones teóricas, del curso Arquitectura y Urbanismo.

PALABRAS CLAVES: conservación; sítio histórico de Olinda; buenas prácticas; proyectos de intervención; manejo de la conservación.

ABSTRACT

The purpose of this article is to understand the relationship between the manual "Conserving Olinda: good practices in houses", published in 2010 by the Center for Advanced Studies of Integrated Conservation (CECI), and the preservation of the historic site of Olinda, from the discussion that involves the architectural interventions in this same collection. The manual was conceived with the purpose of orienting owners and users of properties located in the historic site of Olinda, in order to minimize the occurrence of irregular works and the impacts resulting from the decay of the properties. Although based on a specialized theoretical framework and on the protection legislation in force, it is understood that the applicability of the manual has not yet resulted in effective intimidation of this risk scenario. If, on the one hand, the rarefied understanding of the content by the resident population may be due to possible causes, on the other hand, we can cite conflicts involving conservation management, such as the limited capacity for urban control in view of the extensive protected perimeter, the possible divergences of understandings involving the activity of design analysis, as well as the need for complementary studies to introduce new technologies and environmental conditions in preexisting houses, resulting from the current demands for use and habitability. The contributions offered by the manual include the identification of long-term heritage values of the historic site, the typological classification of the houses and the selection of projects considered Good Practices, whose references are used by the academic community, in the exploration of research and theoretical reflections, of the Architecture and Urbanism course.

KEYWORDS: conservation; historic site of Olinda; good practices; intervention projects; conservation management.

Recebido em: 16/03/2021

Aceito em: 30/07/2021

1 INTRODUÇÃO

Exaltado em poemas e canções, em telas e gravuras, protagonizando fatos históricos relacionados às revoluções na província de Pernambuco, o sítio histórico de Olinda, situado no litoral do nordeste brasileiro, se consolidou como um lugar de rara beleza. Sua exuberante paisagem natural, cujo relevo acidentado conferiu o ritmo diferenciado entre os telhados do casario e a abundante cobertura vegetal, em diálogo com o mar, constitui um cenário particular, dentre as cidades de colonização portuguesa no Brasil. Em ateste à sua condição única, e também na tentativa de impedir transformações físicas e na ambiência, que pressionavam o local, foi-lhe conferido o tombamento como conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, pelo IPHAN, na década de 1960¹ (MILET, 1995; BARRETO, 2009).

O tombamento, o respaldo normativo de proteção e as iniciativas institucionais na gestão da conservação e na restauração dos monumentos isolados e do casario contribuíram para posicionar o sítio histórico em uma situação de destaque no contexto nacional, nas últimas três décadas do século XX (ZANCHETI e MILET, 2006). Em Olinda, a pioneira criação de um Sistema Municipal de Preservação², em 1979, garantiu um salto de inovação no âmbito da gestão e foi um dos fatores decisivos para a conquista do concorrido título de Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO, em 1982, entre outros requisitos.

O pioneirismo da Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda e da gestão pública metropolitana, com a criação do Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife, foram as bases para a consolidação de fundamentos teóricos e práticos da preservação do patrimônio cultural. Na Universidade Federal de Pernambuco, o Curso de Arquitetura e Urbanismo e o Mestrado em Desenvolvimento Urbano consolidaram a reflexão sobre a conservação do patrimônio construído, criando, respectivamente, a disciplina de Intervenções em Sítios Históricos e o Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), entidade não-governamental surgida na década de 1990, como uma incubadora, um laboratório de pesquisas vinculado ao programa de pós-graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Em suas atribuições, o CECI passou a ofertar cursos de gestão do patrimônio cultural integrado ao planejamento urbano e territorial da América Latina (ITUC/AL), na modalidade à distância, cujo produto consistia na elaboração de um plano de gestão do sítio histórico de Olinda, baseado nos princípios da *Conservação Integrada*, definidos na Declaração de Amsterdã, de 1975. Em pouco tempo, as parcerias internacionais transformaram a experiência do curso em uma Cátedra UNESCO, em nível de especialização, contribuindo na instrumentalização de mais de 150 especialistas, entre brasileiros e estrangeiros, no campo da gestão da conservação. As contínuas versões do curso permitiram o amadurecimento das discussões e o engajamento de um respeitado corpo docente, o qual também somava esforços no desenvolvimento de projetos e pesquisas correlatas, como desdobramentos da missão do CECI³.

No CECI, o amadurecimento teórico-metodológico no desenvolvimento de planos de gestão da conservação assumiu papel relevante⁴; já os desafios projetuais de intervenção arquitetônica em sítios históricos eram, até então, pouco enfrentados pelos membros pesquisadores. Tais lacunas de investigação, somadas à pressão dos moradores de Olinda, por meio da SODECA, que é a sua associação local, e à crescente descaracterização dos valores arquitetônicos do sítio histórico de Olinda despertaram nos pesquisadores a necessidade de reflexão sobre a qualidade das intervenções projetuais no patrimônio edificado.

Por outro lado, uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE), sobre a gestão municipal⁵, identificou que “os órgãos integrantes do sistema de preservação, de forma geral, encontram-se desestruturados, apresentando carência de recursos humanos e financeiros e de uma composição técnica e operacional adequada” (CORREIA, 2006). Delineava-se uma situação que colocava em risco o cumprimento das tarefas municipais objetivadas na conservação dos bens culturais de Olinda e que afetava o Sistema de Preservação, cujas conclusões: “a ausência de rotinas de manutenção preventiva e de monitoramento que permitam avaliar o alcance e a qualidade das ações da SEPACCTUR. Este fato contribui para a perda na qualidade da preservação da Nucleação Histórica e de sua ambiência” (CORREIA, 2006) (Figura 1).

Figura 1: Identificação de descaracterizações físicas no casario de Olinda, apontadas pelos auditores do TCE-PE.



Fonte: Correia (2006).

A conjunção de fatores, a experiência do CECI e as recomendações do TCE-PE para minimizar o cenário de risco em Olinda caminharam no sentido da implementação de um Programa de Educação Patrimonial, capaz de orientar e estimular moradores e usuários dos imóveis à preservação. Essa foi a demanda necessária à inspiração do projeto de pesquisa do CECI, denominado Boas Práticas em Olinda e que resultou na publicação do manual “Conservar: Olinda Boas Práticas no Casario” (Barreto e Milet, 2010), voltado para a orientação de moradores, proprietários e usuários de imóveis do sítio histórico de Olinda. O manual buscou registrar os procedimentos para intervenções projetuais consideradas compatíveis aos tipos arquitetônicos edificados, com a conservação dos atributos valorativos e dos valores patrimoniais dos bens, mas que não substituíam a contratação do profissional projetista⁶. Concebido como um instrumento didático, submetido ao edital cultural do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD)⁷, do Ministério da Justiça, o manual objetivou a identificação dos valores de longa duração do sítio histórico de Olinda, a classificação tipológica do casario, os procedimentos metodológicos para intervenções projetuais nos imóveis e a seleção de projetos considerados “Boas Práticas”, relacionados às tipologias classificadas.

A noção de Boa Prática está associada à identificação de projetos arquitetônicos de intervenção no casario antigo de Olinda, aprovados pelas instituições de proteção, reunidas em torno do Conselho de Preservação (CPSHO), enquanto condição à garantia de proteção dos valores patrimoniais. As intervenções projetuais deveriam se pautar pela qualificação conferida aos imóveis, em termos de boas condições de uso e de habitabilidade, e significaram uma mudança de postura ao evidenciar soluções propositivas, ao invés da denúncia de maus projetos. A abordagem da intervenção como um processo, e não como um produto acabado, assim como os conteúdos teóricos, conduziu à expressão “prática” para bem ilustrar as escolhas projetuais. Por outro lado, uma vez considerado Boa Prática, o projeto arquitetônico de intervenção não permanece exitoso no tempo de longa duração, mas se coloca passível às dinâmicas culturais da sociedade, cujos valores e significados podem variar no tempo e nos sujeitos com quem o bem se relaciona.

As premissas teóricas envolveram as discussões em torno da *Conservação Integrada*, entendida como uma ação capaz de contemplar as diversas possibilidades de salvaguarda do patrimônio cultural integradas ao planejamento urbano e territorial, baseada no controle das mudanças, para a manutenção das especificidades locais, cuja associação entre as dimensões culturais e ambientais se dá na perspectiva do desenvolvimento sustentável (LAPA e ZANCHETTI, 2002). Nessa abordagem, a seleção das intervenções arquitetônicas consideradas Boas Práticas no casario antigo de Olinda buscou destacar o caráter qualitativo evidenciado pela convivência harmoniosa entre os usos, mantidos ou propostos, e a conservação das preexistências, onde as adequações físicas, de ordem ambiental e estrutural, ocorressem sem descaracterizações, sejam materiais ou imateriais, e sem reducionismo do papel ambiental do patrimônio protegido.

Desdobrados os princípios e as motivações que justificaram o surgimento do manual, o presente trabalho busca demonstrar aspectos relevantes do contexto da gestão da conservação de Olinda, antes e após a publicação do material, em busca de fomentar uma base de reflexão em vista de questionamentos da atualidade: quais os possíveis efeitos do manual Conservar: Olinda Boas Práticas no Casario no cenário da conservação do acervo tombado de Olinda? Será que as premissas da *Conservação Integrada* continuam

válidas no âmbito das intervenções em sítios históricos ou quais os princípios que podem ter sido alterados ou reinterpretados? Existem novas demandas de habitabilidade, tecnológicas ou ambientais para sítios históricos? É na tentativa de elucidar tais questionamentos, em uma postura refletiva, que se insere o artigo.

Para tanto, buscou-se resgatar o cenário da conservação do sítio histórico de Olinda nos primeiros anos do século XXI, por meio da consulta a trabalhos acadêmicos, relatórios institucionais e entrevistas, estas realizadas em 2009 junto a servidores públicos envolvidos na causa, os membros do CPSHO. Para uma percepção mais aproximada acerca da pertinência do manual ao contexto da conservação, contou-se com pesquisa bibliográfica e com a aplicação de um questionário de opinião, junto a profissionais Arquitetos e Urbanistas relacionados ao campo da intervenção em sítios históricos. As inferências levantadas importam na compreensão das potencialidades e lacunas em curso nesse cenário.

Como conclusão, percebe-se uma boa receptividade do conteúdo do manual entre profissionais Arquitetos e Urbanistas, sobretudo nos ambientes acadêmico e institucional, sendo ainda observável uma certa aplicabilidade dos seus pressupostos teórico-metodológicos. Ao considerar novas questões desveladas no campo da conservação, sobretudo de ordem conceitual, tecnológica e ambiental, entende-se como necessária uma revisitação de seu conteúdo, no enfrentamento de (possíveis) impactos na estrutura preexistente, física e imaterial, de modo a garantir a perspectiva de legado cultural ao acervo olindense.

2 A CONSERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA NO SÉCULO XXI

Os primeiros anos do século XXI caracterizaram-se por grandes desafios e pouco consenso quanto às efetivas medidas de salvaguarda ao sítio histórico de Olinda: o Conselho de Preservação (CPSHO), embora atuante, parecia pouco respeitado em suas deliberações, o Fundo de Preservação minguava em escassos recursos e a constante ameaça de perda do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, conferido pela UNESCO, sinalizava o nível de descuido na manutenção das qualidades valorativas do acervo cultural. Cabe salientar que desde meados dos anos de 1980, a Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta (SODECA), que é a associação de moradores locais, já alertava para a intensa exploração turística e de lazer sofrida por Olinda, a afetar a continuidade sossegada do uso residencial (BARRETO, 2009).

Diferentemente de outros sítios históricos brasileiros, que assumiram um caráter museal, ao serem alvos de processos de revitalização que privilegiaram os interesses turísticos e de entretenimento, em detrimento ao caráter residencial, como ocorreu no Pelourinho, no Bairro do Recife, em São Luís (VIEIRA, 2007), Olinda ainda resistia e resiste enquanto um sítio habitacional vivo, mas em constante conflito pela pressão de novos usos. Tal circunstância tendia a afetar não apenas as vivências sociais tradicionais, os hábitos e costumes dos moradores afeitos ao lugar, mas resultou em alterações de ordem tipológica, compositiva e espacial do casario, que acolheram novas configurações, sem as devidas acomodações à ordem física e estrutural pré-existente.

Do ponto de vista projetual, a conciliação entre as exigências das leis de proteção com as teorias do campo da conservação e sua aplicação, de modo prático e operacional, nos projetos arquitetônicos de intervenção física no casario não é trabalho fácil, sobretudo considerando as demandas dos proprietários e as interpretações teóricas, ou ausência delas, presentes nos projetos.

Trabalhos acadêmicos têm envidado esforços em demonstrar casos de intervenções arquitetônicas sobre o casario de Olinda, cujos resultados, ao invés de haverem agregado predicativos aos bens, ocasionaram danos à estrutura físico-material ou mesmo à expressão dos valores e significados que se pretendem preservar. Enquanto Rodrigues (2000) e Moreira (2006) se debruçaram em investigações acerca do caráter arquitetural dos imóveis olindenses, Pereira Junior (2004) estudou as transformações dos espaços vegetados e da cobertura vegetal na paisagem histórica, os quais igualmente refletem atributos valorativos a serem preservados no conjunto olindense. Esses três importantes estudos serviram de base para a compreensão do problema das transformações físicas incidentes nos imóveis, desde fins do século XX até o início do século XXI, e que, gradualmente, parecem continuar causando perdas no acervo antigo.

Ao investigar o caso da Associação da Rua do Amparo, um grupo constituído por donos de bares e restaurantes nesse logradouro⁸, Rodrigues (2000) inferiu perdas físicas em favor de adaptações a novos usos, inclusive com certo caráter de informalidade: “concluimos que o fator mudança de uso e a adequação necessária para atender o programa exigido por ele, vem descaracterizando os imóveis do Sítio Histórico de Olinda. Identificamos fragilidades no processo de adequação, como a falta de acompanhamento e apoio técnico nas propostas de intervenção, resultando em adequações sem critérios (RODRIGUES, 2000, p. 112). Trata-se de uma postura convergente aos entendimentos de Moreira (2006, p. 103) que diz que:

As transformações dos espaços de habitação do SHO são verificadas por reformas internas, construções de acréscimos nos quintais, que constituem a maior parte da

cobertura vegetal do SHO, acréscimos de área construída e as alterações em suas volumetrias, tipologias e formas de implantação nos lotes com o comprometimento da integridade das edificações, inclusive do contexto urbano vizinho ao imóvel descaracterizado.

No mais das vezes, as reformas conduzidas pelos moradores em seus imóveis foram realizadas à revelia sem o acompanhamento de um profissional habilitado no campo da conservação, e tampouco teve projeto aprovado. As irregularidades mais evidentes apontadas na pesquisa realizada abrangiam as modificações nas fachadas e nas cobertas históricas e a ocupação dos quintais (MOREIRA, 2006, p. 114). De modo suplementar, orbitavam as alterações nas encostas, o desmatamento e os elementos estranhos ao tipo arquitetônico característico do lugar (MOREIRA, 2006, p. 116). A pesquisa também apontou que embora os moradores tivessem o conhecimento da condição especial de preservação do sítio histórico de Olinda, a maioria dos entrevistados acreditava que tais reformas não acarretavam descaracterizações — situação que divergia da visão dos técnicos.

No sentido da manutenção dos elementos formais, tipológicos e espaciais, que mais relevantemente caracterizam o casario secular, a permanência do uso residencial havia sido defendida como potencial meio de preservação, tanto nas investigações de Moreira (2006, p. 124), cuja “alteração do uso residencial não só afasta o morador que dá vida à cidade, como provoca a necessidade de adaptação do imóvel ao novo uso, intervenção que destrói a tipologia habitacional”, como de Rodrigues (2000, p. 112): “concluimos que a manutenção do uso existente no imóvel retrata a manutenção dos índices urbanísticos, como também a conservação do partido de planta existente na edificação”.

A condição de proteção do sítio histórico enquanto paisagem cultural levou a que o pesquisador Pereira Junior (2004) investigasse seus atributos relevantes, quando identificou perda de cobertura vegetal nos imóveis situados nos logradouros seculares na ordem de 15%, nas três últimas décadas do século XX: era um índice considerado acentuado, dada a ausência de monitoramento e fiscalização adequados à manutenção da cobertura vegetal. O mesmo autor também entendeu que a permanência do uso residencial contribuía na manutenção dos aspectos figurativos e espaciais dos imóveis, ainda que fossem registrados casos de obras irregulares e descaracterizações, em decorrência dos anseios dos moradores. A pesquisa demonstrou que um elevado percentual dos entrevistados acreditava que tais reformas refletiam falta de atendimento às legislações de proteção, assim como evidenciou que o desmatamento de sítios, jardins e quintais permanecera em constante depredação por parte dos moradores, ainda que houvesse o consenso quanto à preservação (PEREIRA JUNIOR, 2004, pp. 180-187).

Diante de tal quadro de risco, é de se notar que as intenções das intervenções físicas sobre o casario histórico e a paisagem não refletiam coerentemente os discursos em voga no campo da conservação, apoiados nos pressupostos teóricos e nas recomendações doutrinárias das Cartas de Veneza, de 1964, e do Restauro, de 1972. Mas, ao invés, evidenciavam a prevalência de anseios econômicos e particulares sobre os valores culturais e arquitetônicos da estrutura preexistente ou mesmo a falta de sensibilidade à consolidação das causas preservacionistas, ilustrando posturas que pouco contribuía na conservação do acervo tradicional.

Tomadas como uma promissora medida de conservação desses bens, as intervenções projetuais também assumiam um papel “corretivo” nas reformas irregulares; porém, quando deficientes, podiam tornar vulnerável a conservação desse rico acervo, em sua condição de autenticidade, integridade e significância, tão valorados quando se trata de bens culturais considerados Patrimônio Mundial. Em um olhar objetivado ao estado de conservação do sítio histórico de Olinda, mensurado por meio de um sistema de indicadores, a partir de um conjunto de atores sociais, entre especialistas, moradores e grupos de manifestações culturais locais, Hidaka (2011, p. 200) concluiu que “apesar das transformações percebidas, os valores, a integridade e a autenticidade do SHO vêm sendo mantidos ao longo do tempo. Ou seja, o estado de conservação está acima do ponto de inflexão — isto é, o grau de conservação é positivo”. Nessa via, parece se evidenciar uma postura de expectativa positiva na conservação do legado cultural olindense.

Para além dessas questões, não se pode deixar de mencionar os estudos geotécnicos do sítio histórico de Olinda, desenvolvidos pelo professor Jaime Gusmão, da UFPE, que, desde a década de 1980, identificou um acentuado grau de taludes de cortes nas colinas históricas, especialmente em torno de monumentos como as Igrejas do Carmo e de São Francisco e o Mosteiro de São Bento, os quais variam de 10 a 100% de inclinação (GUSMÃO FILHO *et al*, 1986). Tal situação impacta diretamente no movimento dos solos e vai se refletir nas fundações desses monumentos e das vizinhanças; a vegetação, como elemento de estabilização das encostas, ao ser desmatada, igualmente fragiliza esse contexto. A estrutura secular dos monumentos, portanto, torna-se sensível aos recalques, que podem originar fissuras, trincas, desaprumos de paredes, entre outros riscos ao seu estado de conservação. Esse tema vem sendo eventualmente estudado no

contexto da conservação do sítio histórico, mas pouco equacionado no processo de ocupação descontrolada no casario antigo (PMO, 2007).

Diante do exposto, a investigação das posturas técnicas e teórico-metodológicas e dos métodos de avaliação de projetos arquitetônicos de intervenção, a fim de serem selecionadas as Boas Práticas, tornou-se papel central no âmbito do manual *Conservar: Olinda Boas Práticas no Casario* — um obstáculo a ser enfrentado em função de demonstrar soluções projetuais qualificadoras, mesmo em cenários tão adversos.

3 O MANUAL E OS PROJETOS ARQUITETÔNICOS DE INTERVENÇÃO NO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA

No campo da conservação, os bens culturais consistem nos artefatos produzidos pela ação humana, que se destacam entre si através de um ato de atribuição de valores e significados, entendido como valoração — desde que resguardem qualificações para os grupos sociais que com os bens se relacionam. Ao se tornarem únicos e merecedores de preservação, quando passam de sua comum condição de objeto, para bens culturais, tem-se a ação de reconhecimento, que deriva da valoração, a partir da identificação de seus atributos valorativos. É por meio dos atributos valorativos que os bens resguardam valores e significações culturais para com os sujeitos e por meio dos quais as ações de intervenção arquitetônica na preexistência devem ser guiadas, cujas experiências nacionais e internacionais continuam no reforço dessa relação (LIRA, 2020; AGUIAR *et al.*, 2020).

Certos documentos doutrinários como as cartas patrimoniais, tidas como recomendações internacionais de salvaguarda cultural, apresentam referências a atributos de sítios históricos, os quais podem variar desde as tipologias tradicionais, sistemas construtivos, materiais de revestimentos, traçado urbano, paisagem, entre outros elementos que somam ao seu reconhecimento. Já a preservação do espírito do lugar retoma as dimensões imateriais, decorrentes da interdependência entre o bem e os sujeitos que com ele se relacionam (BARRETO *et al.*, 2011). No caso de Olinda, o hábito das cadeiras nas calçadas, a permanência de antigos moradores, os reconhecidos artistas plásticos que no sítio histórico se enraizaram, a realização das serenatas nas ruas históricas e as procissões religiosas são algumas das manifestações culturais que fortalecem os laços de pertencimento dos moradores e usuários com o lugar e contribuem na preservação. Alterações que possam afetar a continuidade morfotipológica — arquitetônica, urbanística e paisagística do conjunto antigo, e suas dimensões intangíveis podem, em certa medida, interferir negativamente na conservação dos atributos, sobretudo quando se verifica a indissociabilidade entre o material e o imaterial, exaltada nos paradigmas contemporâneos da restauração (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2008; LIRA, 2020).

No sítio histórico de Olinda, a valoração foi registrada em seu dossiê de tombamento, em 1968, e nas subsequentes demandas pelas titulações honoríficas, como ocorreu com a conquista das menções a Monumento Nacional e a Patrimônio Cultural da Humanidade, ambas na década de 1980, sendo reafirmada nas revisões pelas quais passaram as legislações de proteção, municipal e federal, mediante alterações na setorização e nos polígonos de tombamento e de proteção do entorno (ZANCHETTI e MILET, 2006; BARRETO, 2009; BARRETO e LIRA, 2009). Também não se pode deixar de mencionar a experiência dos planos de gestão da conservação de Olinda, desenvolvidos no âmbito dos cursos do CECI, os quais abrigam a construção da significância cultural do sítio histórico, assim como entendida na Carta de Burra, de 1980 — todo esse arcabouço constitui marcos temporais da preservação cultural, que não podem ser esquecidos quando dos projetos de intervenção sobre a preexistência olindense, dada a valoração estabelecida como fio condutor da conservação.

As intervenções arquitetônicas projetuais sobre os bens culturais constantes da Lista do Patrimônio Mundial, por consequência, devem sugerir “salvaguardar a qualidade e os valores dos recursos, proteger a substância material e garantir a integridade para as gerações futuras” (FEILDEN e JOKILEHTO, 1998, p. 14). Na circunstância do caráter excepcional, os valores do sítio histórico de Olinda são aqueles reconhecidos mundialmente, importando recorrer, para além das legislações de proteção em vigor, às recomendações da UNESCO (FEILDEN e JOKILEHTO, 1998).

O projeto arquitetônico de intervenção na preexistência consiste em uma atuação específica em edificações ou conjuntos urbanos valorados, cuja especialidade — se restauro, conservação, reabilitação — vai depender dos objetivos e da interpretação que o profissional projetista estabelece junto ao reconhecimento do bem cultural, problematizado na história, no ambiente artístico e em seu contexto sociocultural e referencial (SÓLA-MORALES, 2001). Ao consistir na materialização das ideias, representada em operações teórico-metodológicas de relação com o objeto preexistente, o projeto arquitetônico de intervenção pode dialogar com a referência tipológica, a requerer uma correspondência métrica, formal e espacial para com os elementos constituintes do bem, mas sem resultar em meras cópias. Em interface às questões figurativas e espaciais evidentes no tipo arquitetônico está o aspecto funcional, sobretudo ao considerar a preexistência do casario de Olinda e a relação que sua materialidade resguarda junto à manutenção do uso

residencial. De acordo com Lemos, “o uso do edifício nas condições previstas pelo projeto é, já de início, o primeiro fator de sua conservação” (1981, p. 67), concluindo que “a primeira norma de conduta ligada ao ‘como preservar’ é manter o bem cultural, especialmente o edifício, em uso constante e sempre que possível satisfazendo a programas originais” (LEMOS, 1981, p. 69).

Tais diretrizes foram exploradas na construção do manual *Conservar: Olinda Boas Práticas no Casario*, a partir da abordagem da cidade histórica como um organismo vivo pulsante, a admitir as naturais mudanças decorrentes das vivências sociais, que se estabelecem enquanto registros das estratificações históricas acumuladas no tempo, desde que mantenham seu caráter identitário, que é o que a torna única. O projeto arquitetônico na preexistência, portanto, deve ser capaz de atuar com os vestígios culturais importantes do passado, com vistas à transmissão às gerações futuras, respeitando as dimensões de tempo e de intenção estética. Isso afasta a ideia de “congelamento” de áreas históricas na cidade: mesmo que se confira algum nível de modificação sobre os bens, o que é razoável, convém que seja efetuado de modo controlado e em diálogo com os princípios da conservação — daí a importância da teoria e sua conexão ao ato de projeto.

Os atores institucionais da conservação do sítio histórico de Olinda

Enquanto se torna importante a compreensão dos riscos demonstrados sobre a preservação do sítio histórico de Olinda, bem como as diretrizes teóricas que devem nortear as soluções projetuais na preexistência, a atenção deve ainda ser extensiva ao contexto da gestão da conservação, sobretudo ao papel que o corpo técnico institucional assume no fortalecimento das ações. Isso significa dizer que os servidores aproximados às atividades de análise de projetos, planejamento ou controle urbano de sítios históricos são tidos como fundamentais ao processo da salvaguarda, para além dos moradores dos sítios históricos — são potenciais veículos de preservação, por onde as decisões e deliberações são firmadas.

Com tal entendimento, os servidores institucionais que compunham o âmbito do CPSHO e da CLT, em seu coletivo desempenho no processo de salvaguarda cultural de Olinda, foram convidados a entrevistas técnicas, realizadas em 2009, como uma etapa da pesquisa do manual. A aplicação de cada entrevista se deu de modo oral e individualizado, em questões abertas, com roteiro único e sem o conhecimento prévio das questões, cujos eixos seguiram (i) os procedimentos administrativos, (ii) a análise do projeto arquitetônico de intervenção, (iii) os projetos arquitetônicos de intervenção e, por fim, (iv) a fiscalização. As falas dos entrevistados foram gravadas⁹, com a concessão, e transcritas para uma ficha específica. Pela abordagem espontânea, há que considerar natural possíveis ausências de detalhes nas falas, o que não necessariamente significa desconhecimento ou descaso na atividade cotidiana. Para a análise e síntese das respostas, limitadas aos eixos (ii) e (iii), escolhidos em virtude dos objetivos do artigo e aqui publicados de modo inédito, foi observado que, eventualmente, eram citados mais de um aspecto nas respostas, motivo pelo qual o somatório dos percentuais objetivos não coincide em 100%, conforme pode ser observado nas inferências.

Sobre a análise do projeto arquitetônico de intervenção

As questões formuladas nesse tema correspondem a uma tentativa de caracterização da atividade de análise de projetos arquitetônicos de intervenção, desempenhada pelos servidores, em suas atividades cotidianas. Embora reunidos em torno da CLT e do CPSHO, cada servidor pode emitir seu parecer institucional; no mais das vezes, é verificado certo consenso técnico, materializado na Resolução conjunta, emitida pelo CPSHO.

Nesses termos, ao serem questionados sobre os critérios utilizados na atividade de análise de projetos arquitetônicos de intervenção, 75% dos técnicos respondeu que se baseia na legislação de proteção, 37% na identificação e preservação dos atributos valorativos e 25% na manutenção dos elementos originais. Apenas 12% dos entrevistados mencionou a consulta a casos precedentes e à cartografia histórica. Tais resultados sinalizam a prevalência do papel da legislação de preservação cultural, seja ela municipal ou federal, mesmo quando determinados setores do polígono de proteção se configuram omissos na capacidade de oferecerem critérios normativos mais precisos e na condição defasada em que tais instrumentos se encontram — a lei federal é de 1985, enquanto a municipal é de 1992. Um dos entrevistados chegou a lamentar: “a gente não tem mesmo o controle de resgatar os valores do sítio histórico”, o que demonstra o reconhecimento na incapacidade de eficiência na gestão, cujos fatores associados podem ser a pouca quantidade de técnicos envolvidos no controle urbano do sítio histórico, bem como a ausência de uma prática de monitoramento periódica e de modernos recursos tecnológicos e informatizados no fortalecimento das ações.

Quando questionados acerca das características tipológicas reconhecidas como predominantes no sítio histórico de Olinda, 62% dos técnicos elegeram a volumetria e a coberta, considerando a inclinação tradicional e os materiais construtivos, enquanto 50% apontou a relevância do partido de planta e da fachada e 37% sinalizou o caráter histórico das edificações e os quintais vegetados — apenas 25% conferiu importância à implantação tradicional e ao casario como um todo. Respostas isoladas mencionaram a evolução urbana de Olinda, a paisagem e as cores das fachadas como atributos, esta última chegou a ser apontada em situação de risco por um dos servidores municipais: “uma coisa que a gente está vendo muito ultimamente é a descaracterização das cores das fachadas. Está acontecendo muito a disseminação de cores berrantes nas fachadas, com tinta a óleo, o que não se permite”.

Embora tenham sido relevantes as características mencionadas, elas geralmente apareceram de modo fragmentado, ou seja, ausentes de uma visão de conjunto ou de sítio histórico e sem relação à dimensão imaterial. Um dos representantes do IPHAN salientou a importância de se “manter o equilíbrio da paisagem urbana através de seus monumentos, casario, o verde e o mar. Este é o fundamento principal”. Mesmo que isoladas, as características precisam ser consideradas na perspectiva de conjunto, seja arquitetônico, urbanístico ou paisagístico, o qual consta no registro de tombamento de Olinda, sob risco de tornar frágil a preservação enquanto paisagem cultural.

Os diversos trabalhos resultantes dos cursos de especialização do CECI, cujos planos de gestão desenvolvidos eram deflagrados pela Declaração de Significância do sítio histórico de Olinda, revelavam os atributos, valores e significados reconhecidos e atribuídos ao acervo cultural olindense. Além desses, a pesquisa de Hidaka (2011) também apresenta atributos diversos, classificados entre objetos e processos, reconhecidos e validados junto a atores sociais. Ao se verificar o conjunto de características levantadas pelos servidores entrevistados e aquelas apontadas nos trabalhos acadêmicos, parece se evidenciar uma certa defasagem do primeiro, em função da não identificação de qualidades relevantes inerentes ao sítio histórico de Olinda, possivelmente alheias no curso das ações de conservação oriundas das instituições.

Sobre os projetos arquitetônicos de intervenção

As questões formuladas nesse tema buscaram demonstrar a visão dos técnicos institucionais acerca da relação entre os projetos arquitetônicos de intervenção e a capacidade de conservação dos bens culturais olindenses. A esse respeito, os técnicos foram convocados a se posicionarem acerca do nível de transformação que novos usos podem causar nas tipologias tradicionais: 62% reconheceram que mudanças de usos afetam diretamente a manutenção das tipologias, enquanto 37% inferiram pela dependência da qualidade do projeto, visto reconhecerem casos cuja permanência do uso residencial causou descaracterizações no partido de planta, mas também a possibilidade de novos usos serem cuidadosos com a preexistência. De acordo com um servidor municipal, “as pessoas compram uma casa de 120m² e querem ter uma casa de 200 a 220m². Então, não é um requisito dizer que mudar o uso do imóvel vai preservar ou descaracterizar o imóvel”, postura convergente ao técnico da instituição federal de proteção: “não existe uma posição única: há casos em que a intervenção consegue resgatar, inclusive, o padrão tipológico original, ou pelo menos colabora para o entendimento da tipologia, e há casos em que, inevitavelmente, a tipologia fica prejudicada pela necessidade de adaptação do novo uso”. Já o servidor da esfera estadual de proteção afirma que “em Olinda, existe uma tendência generalizada de se transformar casas ou em ateliês ou em pousadas. Aí, geralmente, as mudanças são radicais”.

Do ponto de vista material, pode-se inferir que a mudança de usos no casario antigo de Olinda tende a provocar alterações tipológicas, no entanto, o profissional projetista sensível às causas preservacionistas tem condições de oferecer um projeto arquitetônico de intervenção de qualidade, conservativo, independente do uso que seja proposto. Por outra via, a dimensão intangível que o uso habitacional resguarda para com o sítio histórico de Olinda remete a uma expressividade que não se limita às condições de integridade do imóvel, mas ao que se pode entender por espírito do lugar, reverenciado igualmente como atributo, nas teorias.

No curso das intervenções, importa ressaltar que 25% dos entrevistados reconheceram que a prevalência dos interesses econômicos sobre os culturais tende a descaracterizar os imóveis. Uma curiosidade levantada por um dos entrevistados da municipalidade foi a interferência causada nos imóveis em decorrência de eventos culturais — sobretudo o Carnaval, ao denunciar a ocorrência de pinturas exóticas nas fachadas e alterações no partido de planta e coberta, como posturas que não contribuem à preservação: “muitas descaracterizações das cobertas acontecem por causa do carnaval, porque as pessoas querem ter um mirante para observar a festa, então muitas cobertas foram abertas e modificadas suas inclinações para a criação de terraços”. Na temática do carnaval, salienta-se ainda que os imóveis situados nas ruas mais antigas de Olinda, sobretudo as que constituem o foco da folia, são os mais

disputados pelo mercado de aluguel sazonal para o evento, conforme apontou a pesquisa de Araújo (2017), o que diretamente os torna mais vulneráveis a alterações: “ademais as consequências decorrentes do mercado sazonal, devem gerar impactos significativos no funcionamento do mercado de aluguel tradicional e também na conservação do conjunto histórico dessa localidade, que precisa readaptar-se para atender às necessidades das utilidades temporárias” (ARAÚJO, 2017, p. 120).

Ainda na dimensão do projeto, os técnicos institucionais foram questionados acerca da interferência que novas tecnologias associadas às boas condições de uso e habitabilidade podem causar aos padrões tipológicos dominantes de Olinda, em que 50% dos entrevistados reconheceram como mais recorrentes aquelas associadas à instalação de antenas, seja parabólica ou de telefonia móvel, 37% decorrentes de equipamentos de climatização, como ar-condicionado ou split, e 25% na introdução de elementos de abastecimento d'água, como os poços e os reservatórios superiores. Alguns desconfortos pontuais foram relatados, como o impacto do medidor de energia nas fachadas principais e o uso de materiais como o vidro, aleatoriamente adotado no recobrimento dos telhados, bem como soluções para a introdução de elevadores e as associadas aos problemas de estabilidade estrutural. Um dos servidores federais alertou sobre o premente impacto na adoção de placas fotovoltaicas: “a gente presume que haja uma demanda por placas de captação solar, que são novos elementos que vão ser inseridos e que descaracterizam a tipologia original”.

Nesse tema, cabe destacar uma recente solicitação para instalação de placas fotovoltaicas, em torno de 15m² de área, na coberta posterior de um imóvel situado na Rua Prudente de Moraes, cuja resposta da servidora do IPHAN admitiu “que na nossa legislação não existe previsão de uso de placas solares ainda. Assim devemos levar o assunto ao CPSHO, para discutir e criar uma solução ou soluções adequadas ao Sítio Histórico de Olinda”¹⁰. Para tanto, o requerente sugere que seja consultado o pedido de instalação desse equipamento em um imóvel no sítio histórico de Ouro Preto, que também é protegido pelo IPHAN, cuja Portaria nº 32/2010, que versa sobre critérios de preservação nesse conjunto tombado, informa que: “a instalação de antenas parabólicas e placas solares de aquecimento será admitida sempre que o impacto das visuais das coberturas do edifício seja o menor possível se observado a partir de pontos notáveis descritos no inciso anterior”. No entanto, o diretor do IPHAN-MG expôs a tendência à proibição de tais soluções, “devido à provável visibilidade a partir do contexto urbano”¹¹.

Ao consultar esse caso e considerar a compreensão de pontos notáveis de Olinda como os “adros de igrejas, capelas e mirantes naturais”, a servidora do IPHAN-PE realizou estudos de visadas na tentativa de instrumentalizar o processo e verificar a percepção da coberta do imóvel pelos mirantes naturais de Olinda, as colinas históricas. Pelo logradouro se situar em uma área de cota mais baixa, verificou-se a probabilidade de interferência visual facilmente descortinada na paisagem, o que resultou no indeferimento da proposta.

Ao serem projetadas para as cobertas, mesmo que nos planos posteriores, para além da sobrecarga nas estruturas preexistentes, as placas fotovoltaicas causam impacto visual sobre o bem e o entorno, principalmente quando o acervo cultural é tombado como conjunto paisagístico. No caso de Olinda, o material de revestimento dos telhados, a telha cerâmica colonial, é atributo valorativo indispensável, não apenas pelo caráter antigo, mas pela fisionomia tipológica que confere ao conjunto edificado. Por outro lado, o mercado da construção civil, em constante inovação, tem desenvolvido telhas do tipo colonial, em cerâmica, cuja tecnologia das células fotovoltaicas vem acoplada, de modo mais discreto, como uma alternativa menos hostil aos requisitos de proteção em sítios históricos. Possivelmente, essa seja uma tendência a ser estudada, com uma limitação de área máxima de revestimento, no que se refere às intervenções projetuais, de modo que haja uma aproximação entre os novos hábitos e a conservação das estruturas preexistentes.

Diante dessas constatações, pode-se inferir a tendência que novos equipamentos tecnológicos têm causado pressão de adequação no sítio histórico de Olinda e que, por vezes, não se acham ainda devidamente estudados e nem contemplados nas legislações de proteção, o que demanda a análise especial por parte do CPSHO e CLT. Estudos e simulações carecem de ser rapidamente enfrentados e trazidos à discussão, para o amadurecimento acerca de um posicionamento técnico mais acurado, não subordinado a pautas de ordem política ou econômica, nem que padeçam por falta de critérios conservativos.

Ainda que se trate de uma entrevista oral, foi notada a ausência a referências, como as cartas patrimoniais ou as teorias dos especialistas, enquanto recursos de apoio à atividade de análise de projetos. Sobre essa questão, os servidores públicos foram questionados acerca da possibilidade de os projetos arquitetônicos de intervenção no sítio histórico de Olinda refletirem as teorias e recomendações do campo da salvaguarda cultural, onde 50% entendem que não refletem rigorosamente, enquanto 37% acredita que refletem. No IPHAN, por exemplo, foram observadas opiniões controversas, enquanto um dos servidores alertou que “no

geral, eu não concordo. (...) A gente busca as teorias nas análises, mas os projetos não vêm preparados”; o outro afirmou: “considero que as intervenções que têm sido realizadas e aprovadas estão coerentes com as recomendações internacionais.” Nesse sentido, fica evidente o conflito quanto à existência, ou não, de interface entre a atividade projetual e os pressupostos teóricos específicos da conservação.

Embora tais entendimentos não esgotem o conteúdo das entrevistas aplicadas, contribuem para esclarecer aspectos importantes que envolveram a relação entre os projetos arquitetônicos de intervenção em Olinda e o contexto da preservação, os quais eram discutidos no âmbito da Câmara Técnica e do Conselho de Preservação. Ao mesmo tempo, ilustram a circulação de ideias entre os servidores das diversas esferas de proteção, as quais puderam ser, eventualmente, trabalhadas nos procedimentos metodológicos do manual, a fim de que as proposições pudessem considerar a aproximação, sempre que possível, entre a teoria e a prática, seja de análise ou concepção, projetual.

3 O COTEJAMENTO NO PRIMEIRO DECÊNIO DA PUBLICAÇÃO DO MANUAL

As auditorias realizadas pelo TCE-PE, em 2012 e 2013, continuaram identificando fragilidades estruturais, operacionais e de recursos humanos, pela gestão municipal de Olinda, que foi permaneceu avaliada como insuficiente para lidar com os constantes e crescentes desafios da conservação do sítio histórico. As recomendações de melhorias que o TCE-PE apontou, em 2006, foram implementadas em apenas 17% do total, assim como os entraves foram sanados em apenas 20% das demandas: são percentuais que continuam demonstrando pouca capacidade de resposta do poder público ante o cenário de risco, o que pode deixar vulnerável a conservação dos bens patrimoniais. Das descaracterizações físicas mais fortemente observadas, inclusive ilustradas com fotografias no relatório, foram citadas as “ampliações de áreas construídas com a incorporação de novas construções, as alterações de volumetrias e descaracterizações de fachadas do casario, com emassamento e/ou aplicação de tinta a óleo, além do uso de cores vibrantes, incompatíveis com as características e valores históricos dessas edificações” (CISNEIROS, 2012). Nada muito diferente do cenário que motivou a publicação do manual *Conservar: Olinda Boas Práticas no Casario*, em 2010.

Se por um lado, os auditores do TCE-PE reconheceram o manual como uma contribuição à educação patrimonial do município (CISNEIROS, 2012), pode-se dizer que avanços foram registrados pela gestão olindense: a elaboração do Plano de Educação Patrimonial (2013) e do Plano de Gestão do Sítio Histórico de Olinda (2016), a reativação do Núcleo de Educação Patrimonial de Olinda (NEPO, em 2017) e a publicação do “1º Guia Básico de Zeladoria”. Embora pareçam iniciativas entusiasmadas, não foram investigados quanto à efetividade no contexto da preservação, nem à qualidade dos materiais ofertados.

Trabalhos diversos registraram a consulta ao manual, com a aplicabilidade das orientações nele constantes, desde os de caráter acadêmicos, quanto aos de formato empírico, tais como (i) o livro *Linda Olinda*, organizado pela designer Gisela Abad, em 2011, (ii) o Plano de Manutenção e Conservação Preventiva do Conjunto Beneditino de Olinda, desenvolvido pelo Estúdio Sarasá Conservação e Restauração, em 2017, (iii) o embasamento técnico da empresa PS Construções e Serviços de Engenharia LTDA, quando da manutenção da cobertura da sede do IPHAN em Olinda, em 2015, (iv) o embasamento técnico dos arquitetos Aduino Mota e Ronaldo Câmara, no documento sobre o mapa de danos e levantamento cromático de uma edificação histórica no Bairro do Recife, em 2020, e, por fim, (v) o embasamento técnico para intervenção em um imóvel na Rua de São Bento, em Olinda, mais recentemente.

Com o intuito de tentar obter a percepção de profissionais diversos do campo da Arquitetura e Urbanismo¹² — os envolvidos com a prática de projeto em sítios históricos, os que assumem funções institucionais relativas à salvaguarda cultural e também os professores universitários — acerca de contribuições do manual, foi elaborado um questionário de opinião, cujas perguntas foram estruturadas em cinco eixos: (i) identificação do perfil do respondente, (ii) sobre o manual, (iii) a relação com a preservação; (iv) demandas atuais da conservação e (v) elementos valorativos de Olinda, além das conclusões. Boa parte das questões objetivas era obrigatória, cujos distratores objetivos foram elaborados em escala de gradação, desde os indiferentes, parcialmente indiferentes, neutro, parcialmente relevantes e muito relevantes, segundo a metodologia da escala Likert (JOHNS, 2010), havendo ainda questões do tipo abertas, sem obrigatoriedade de respostas.

Dos quarenta profissionais abordados, via *whatsapp*, no formato de formulário do *google forms*, no período de 16/02/2021 a 12/03/2021, vinte e um devolveram o formulário respondido¹³. O perfil dos respondentes caracteriza-se pela aproximação às questões patrimoniais, seja por exercerem atividades profissionais na área — ensino, serviço público ou projetos, seja pelo desenvolvimento de pesquisas, inclusive havendo a possibilidade de acumular mais de uma função. Dos respondentes, 76% detêm estudos especializados na área, a exemplo de cursos *lato sensu* e *stricto sensu*, o que pressupõe a propriedade temática quanto aos

assuntos da salvaguarda cultural. Também é de se notar que uma minoria, algo em torno de 10%, mora ou possui algum empreendimento comercial, de serviços ou educativo no sítio histórico, o que afasta possíveis respostas de cunho afetivo ou sentimental e mesmo aquelas de conflitos de interesses.

Sobre o manual, foi percebido que 85% dos respondentes o conheciam e que 76% já o haviam utilizado em alguma circunstância, seja para estudos e pesquisas, para instrumentalização institucional, para o ensino ou mesmo na elaboração de projetos. Inclusive um dos respondentes levantou a oportunidade que descortinou em replicar a experiência para a cidade vizinha do Recife, que igualmente possui sítios históricos. Tais constatações demonstram ações em favor da aplicabilidade do material.

A respeito dos conteúdos do material, entre textos, vocábulos, fotografias, ilustrações e projetos arquitetônicos, os maiores percentuais dos respondentes se dividiram entre muito claros e elucidativos e parcialmente claros e elucidativos, o que situa seu conteúdo como favorável à capacidade de expressão dos recursos gráficos e literários explorados. As principais críticas envolveram dúvidas quanto à linguagem adotada pelo manual, cuja prevalência do teor técnico pode se situá-lo como inacessível ao perfil dos moradores. Nesse aspecto, alguns respondentes levantaram a probabilidade de uma relação pouco fortalecida entre o morador e o profissional especialista, o que pode afastar, inclusive, a oportunidade de contemplação de sugestões projetuais mais econômicas ou de materiais construtivos mais acessíveis, como reflexo do universo popular dos moradores. Em uma visão oposta, houve quem levantasse o risco da simples adoção das soluções projetuais contidas no manual, sem o acompanhamento de um responsável técnico, o que poderia acentuar a informalidade característica das intervenções em Olinda.

A questão da infidelidade da execução das obras, quando decorrentes de projetos selecionados como Boas Práticas, também foi apontada como uma crítica, por um dos respondentes, dado o distanciamento que pode haver entre um projeto aprovado pelas instituições de proteção e a qualidade construtiva das propostas, a qual se situa em uma etapa posterior à aprovação. No entanto, por vezes, a insuficiência de informações técnicas, de especificações dos materiais e de detalhamento construtivo acerca dos serviços de restauro, no âmbito do projeto, pode comprometer os resultados da obra, já sinalizados na etapa de projeto, assim como a ausência de mão-de-obra especializada ou de fiscalização adequada, que pressupõem etapas posteriores. Tais preocupações tornam-se pertinentes, uma vez que podem comprometer a completude da intervenção como um todo, dado que o objetivo, ao final, é que ela se materialize de modo valorativo.

Acerca da importância dos temas abordados no manual, foi visto que mais de 85% dos respondentes consideraram os valores patrimoniais, o casario edificado e as orientações metodológicas como questões muito relevantes, enquanto 71% consideraram muito relevantes as boas práticas de projeto. É ainda de se notar que 52% dos entrevistados consideraram muito relevante a relação entre o conteúdo do Manual e a capacidade de preservação do acervo tombado, o que não consolida um consenso quanto à contribuição do material no equacionamento das descaracterizações do sítio histórico, podendo ainda sinalizar uma descrença quanto ao seu potencial.

Ao serem questionados acerca de conteúdos do manual a serem mais bem explorados, os respondentes sinalizaram as técnicas construtivas e os ofícios tradicionais, os revestimentos de fachadas (materiais e cores), o perfil especializado do profissional para atuar em sítios históricos, assim como os casos de intervenções provisórias e a introdução de novas tecnologias. Princípios do restauro, tais como a reversibilidade e a distinguibilidade, também foram convocados a uma maior exploração, tanto do ponto de vista conceitual, como de sua operacionalização e representação nas soluções projetuais.

Também teve ênfase o pleito por uma maior problematização a respeito da preservação dos espaços públicos, da paisagem, da vegetação e dos quintais. Embora realmente a questão dos espaços públicos não tivesse sido o foco da pesquisa do manual quando da seleção dos projetos arquitetônicos de intervenção, cabe ressaltar a recente recomendação do Ministério Público Estadual, por meio da Promotora de Justiça Belize Câmara, em 2021, quanto à convocação da municipalidade para adoção de medidas de monitoramento e fiscalização da cobertura vegetal do sítio histórico, bem como o replantio de árvores controversamente derrubadas. Consiste em um documento comprobatório da importância da preservação ambiental.

Um dos respondentes do questionário também convocou a importância do registro dos trâmites institucionais de análise e aprovação dos projetos, por considerar essa questão fundamental na orientação da população que deseja intervir adequadamente em seu imóvel e, por consequência, na contenção do caráter irregular das obras. Embora esse conteúdo se ache registrado no encarte, que seguiu avulso ao manual e se encontra disponível no site (www.ceci-br.org/conservar), tendo sido desenvolvido com ampla participação dos técnicos institucionais, quando da realização das Oficinas Técnicas, em 2009, é de se

notar a necessidade de sua atualização, dado que os nomes dos setores municipais foram alterados, entre outros aspectos.

Como sugestões propositivas, no intuito de uma possível atualização do manual, foi registrado o pleito de uma seleção mais ampliada dos projetos considerados Boas Práticas, com os devidos detalhes gráficos e construtivos, seguidos da especificação dos materiais — podendo até ser extensivo à recomendação de uma paleta de cores para uso nas fachadas históricas, e mesmo os modos de execução dos serviços. Também foi sugerida a espacialização da classificação tipológica em um mapa, de modo a facilitar a identificação dos tipos arquitetônicos, com a indicação dos considerados estereótipos ou passíveis de demolições. Do ponto de vista teórico, foi solicitada uma melhor definição do papel dos atributos e dos valores patrimoniais, em sua capacidade de preservação nos bens culturais. Tais sugestões indicam a preocupação dos respondentes no aprofundamento das questões, ao mesmo tempo que acentuam lacunas no material publicado.

Cabe registrar que parte dos respondentes elogiou a iniciativa do manual, referenciando-o como exemplar na área: “trabalho muito elucidativo, claro e com muito potencial para contribuir nas ações de preservação do patrimônio cultural de Olinda, a exemplo das ações de monitoramento e das atualizações normativas relativas aos parâmetros de intervenção no SHO [sítio histórico de Olinda]” e “como técnica, acho que o manual é um importante instrumento, eu uso bastante. Porém, falta um complemento, cartilha ou oficinas para que ele atinja os usuários em geral, os moradores, os empresários, etc.”

No intuito de verificar em que medida o material poderia estar em sintonia com as demandas contemporâneas dos sítios históricos, as apontadas como muito relevantes estavam relacionadas a 76% para as questões ambientais e tecnológicas, 85% relativas à inserção de profissionais especialistas no acompanhamento das ações e entre 81% e 90% voltados para o fortalecimento do sistema de gestão da conservação e a conscientização dos moradores para a diminuição das descaracterizações. Chamou a atenção o baixo índice de 42% dos respondentes que reconheceram possíveis impactos decorrentes da pandemia do novo coronavírus na preservação do acervo tombado, onde o cancelamento do Carnaval, pela necessidade de distanciamento social, foi mencionado como um dos efeitos sobre o mercado de aluguel sazonal. Talvez a novidade do tema ainda suscite indefinições por parte dos especialistas, o que não sugere muita segurança nas respostas. Também é de se notar eventuais denúncias dos moradores, expostas em redes sociais, sobre a ocorrência de obras irregulares no sítio histórico, dada a escassez de fiscalização e de controle urbano por parte das instituições, nesse período de “quarentena”. Nas questões abertas disponibilizadas nessa temática, foram apontadas a diminuição da vegetação e o aumento de área construída no sítio, as descaracterizações decorrentes de novos usos não residenciais e as demandas evidentes da inserção de painéis solares como tendências da atualidade, o que indica a continuidade das pressões pela transformação do acervo tombado.

Sobre a identificação dos elementos valorativos de Olinda, os quais foram extraídos dos documentos institucionais diversos e de trabalhos acadêmicos, os maiores percentuais foram concentrados em torno de 90% para as igrejas, o casario, o traçado urbano, o relevo, os mirantes naturais e as visadas, seguidos de 85% que apontaram as fachadas e elementos compositivos, a cobertura vegetal e os quintais e o Horto del Rey. Entre 70% e 80% dos respondentes elegeram as cobertas, as tipologias arquitetônicas e a paisagem cultural como elementos muito relevantes do sítio histórico, enquanto a média entre 50% e 60% reconheceram as técnicas e os materiais construtivos, assim como as manifestações artísticas e culturais, as cores do casario e o uso residencial, como elementos valorativos muito relevantes em Olinda. Embora os elementos valorativos fossem objetivados no questionário, é possível perceber as hierarquias de importância dentro do conjunto tombado de Olinda, avaliadas pelos especialistas. Ao mesmo tempo, reafirmam uma certa percepção de sua continuidade como os que mais bem caracterizam o sítio histórico, desde o tombamento.

Diante dessa breve análise dos resultados dos respondentes especialistas, efetuada recentemente, é possível perceber um movimento em favor da relevância do manual, enquanto conteúdo teórico e empírico relacionado ao contexto da conservação de Olinda. Por outro lado, as evidências demonstram a permanência do cenário de risco valorativo no sítio histórico, não sendo ainda possível mensurar sua dimensão. Cabe salientar também a conclusão de um monitoramento do Sistema de Preservação de Olinda, realizado pelo TCE-PE em 2018, cujos resultados ainda não foram publicados, o que pode trazer insumos importantes para a pesquisa.

4 CONCLUSÕES

No sítio histórico de Olinda, os valores patrimoniais de longa duração foram aqueles extraídos da documentação institucional, que envolve os processos de tombamento, legislações, planos de gestão, além

da documentação cartográfica e iconográfica histórica e de trabalhos acadêmicos. O viés da significância cultural, que decorre dos processos de valoração, embora contemplada nos fundamentos teóricos do manual, ainda não assumiu seu lugar de fala nas ações de intervenções projetuais na preexistência, com todos os desafios que sua operacionalidade ainda demanda. Os paradigmas da conservação evocam que “o nível de significância cultural influi diretamente na forma como se conduzirá a ação de conservação. Valores podem estar em conflito e o entendimento de significância cultural do bem permite hierarquizá-los e orientar o processo de conservação para que seja priorizada a manutenção no tempo daqueles mais relevantes” (LIRA, 2020).

Ao entender a posição preliminar e fundamental da significância nos processos de salvaguarda cultural, entende-se que a metodologia adotada no manual permanece parcialmente válida, dada a teoria dos valores patrimoniais revisitada quando da identificação do sítio histórico tombado. No entanto, não parece devidamente compartilhada com os diversos atores que com o sítio se relacionam, para além dos técnicos institucionais, os moradores, os turistas, as entidades culturais — algo que pode sinalizar alterações na valoração ou em hierarquizações diversas. Embora não tenha sido diretamente evocada pelos respondentes do questionário recentemente aplicado, essa constatação parece esclarecer parte dos questionamentos levantados acerca dos princípios que podem ter sido alterados ou reinterpretados em abordagens de intervenções arquitetônicas na atualidade, dado ser possível verificar ainda a pertinência da *Conservação Integrada*, muito embora a operacionalização da significância cultural se configure um desafio a ser mais popularizado nessas ações. Em complementação, é de se notar, enquanto procedimentos operacionais, a indissociabilidade entre as dimensões da significância, integridade e autenticidade dos bens, para a manutenção de seus valores, corroborada nos paradigmas contemporâneos da conservação (LIRA, 2020).

As intervenções levadas a efeito no casario antigo do sítio histórico de Olinda foram movidas por demandas programáticas e funcionais, ainda que em detrimento da integridade e autenticidade dos bens. Parece haver uma tendência à aproximação teórica do contexto referencial da conservação, ao menos nos discursos, mas que pouco converge à materialização projetual, o que demonstra a vulnerabilidade na manutenção dos valores e significados do bem. Ainda que os princípios teóricos do restauro associados à reversibilidade e à autenticidade da expressão material pudessem ser reconhecidos em soluções projetuais, mesmo que não devidamente circunstanciados nos memoriais descritivos dos projetistas, necessitariam ser mais bem exploradas em termos conceituais e mais claramente demonstrados, ao lado de outros princípios. Também é de se notar que a referência aos materiais e técnicas construtivas adotados nos projetos foram situações pouco exploradas, uma lacuna demonstrada na pesquisa do manual, cujas motivações se deveram à incompletude das especificações técnicas ou dos detalhes construtivos nos projetos e mesmo à falta de uma conferência mais detalhada, *in loco*, das soluções executadas.

Sobre as possíveis novas demandas de habitabilidade, tecnológicas ou ambientais para sítios históricos em curso nos últimos anos, é possível afirmar a pressão pela instalação de modernos equipamentos e novos modos de moradia em Olinda, que naturalmente causam conflitos quando o assunto é a preservação cultural. Para além daqueles evidenciados no início do século XX, relacionados às antenas, caixas d'água e climatização artificial, os quais ainda parecem longe de serem espontaneamente equacionados, as demandas vêm atraindo a adoção de placas fotovoltaicas, para captação de energia solar, acessibilidade, com o uso de elevadores, e a mudança do uso residencial unifamiliar para multifamiliar.

Essas são algumas das questões que se evidenciam quando se retoma o constante desafio que é a conservação do sítio histórico de Olinda. Parece claro, agora, que, embora tenha sido reconhecida a pertinência dos assuntos tratados no manual *Conservar: Olinda Boas Práticas no Casario*, por atores diversos, ele ainda não se configura como um instrumento capaz de intimidar o cenário de descaracterização do acervo tombado, ao qual se propôs, onde a provável dificuldade de absorção de seu conteúdo, pelos moradores, seja um dado real. Por outro lado, seu uso pareceu bem evidente no âmbito acadêmico, em pesquisas científicas e discussões em salas de aula, do curso de Arquitetura e Urbanismo, o que é uma via bastante profícua no desenvolvimento de reflexões. Ainda assim, é possível afirmar que sua publicação, há dez anos, fez parte de um momento efervescente de amadurecimento das discussões dos pesquisadores do CECI, que caminhavam rumo aos métodos de avaliação de bens culturais — pesquisas consistentes nessa linha de investigação refletiram esse período: as teses de Flaviana Lira (2009) e Lúcia Hidaka (2011), objetivadas na construção de indicadores para medição da autenticidade e do estado de conservação de bens culturais, respectivamente. Nesse contexto, também se insere a realização do 6º Seminário Internacional da Conservação Urbana, em 2011, no Recife, em Pernambuco, que teve como tema *Measuring Heritage: conservation performance*, promovido pela parceria entre o CECI e o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), no qual seus anais são importantes fontes de consulta. Mencionar essas experiências é renovar a atmosfera próspera da

pesquisa e os bons frutos que dela são resultado, cabendo inferências críticas, de tempos em tempos, rumo ao aperfeiçoamento.

5 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, José, PERNÃO, João, FERREIRA, Teresa Cunha. Preservação do Patrimônio. In: JÚLIO, Eduardo Santos. Guia *FNRE*: Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado. Lisboa: Fundiestamo, 2020.
- ARAÚJO, George Antônio Cunha. *Aluga-se para Carnaval*: Funcionamento do mercado imobiliário sazonal no Sítio Histórico de Olinda. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2017.
- BARRETO, Juliana Cunha. *De Montmartre nordestina a mercado persa de luxo: o Sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural*. Recife: Editora UFPE, 2009.
- BARRETO, Juliana, LIRA, Flaviana. Pesquisa Histórica como Aporte Metodológico na Atualização da Legislação de Proteção Federal do Sítio Histórico de Olinda – PE. *Textos para Discussão*. Olinda: CECI, 2009.
- BARRETO, Juliana Cunha, MILET, Vera. *Conservar*: Olinda Boas Práticas no Casario. Olinda: CECI, 2010.
- BARRETO, Juliana, MILET, Vera, PICCOLO, Rosane. Intervenção Arquitetônica no casario de sítios históricos: uma proposta metodológica. *Anais do V Seminário Projetar*. Rio Grande do Norte, 2011.
- CISNEIROS, Adriano. *Avaliação do Sistema de Preservação do Patrimônio Histórico de Olinda* (Prefeitura Municipal de Olinda). Recife: Tribunal de Contas de Pernambuco, 2012.
- CORREIA, Fernando. *Avaliação do Sistema de Preservação do Sítio Histórico de Olinda* (Prefeitura Municipal de Olinda). Recife: Tribunal de Contas de Pernambuco, 2006.
- FEILDEN, Bernard M. & JOKILETHO, Jukka. *Manual para el Manejo de los Sitios del Patrimonio Mundial Cultural*. Espanha: UNESCO, 1998.
- GUSMÃO FILHO, Jaime, JUCÁ, José Fernando, SILVA, José Maria. Mecanismos dos movimentos dos morros de Olinda. *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Mecânica dos solos e engenharia de fundações*. Porto Alegre, 1986.
- HIDAKA, Lúcia. *Indicador de Avaliação do estado de conservação sustentável de cidades – Patrimônio Cultural da Humanidade*: teoria, metodologia e aplicação. Tese de Deoutorado. Recife: UFPE, 2011.
- JOHNS, Rob. Likert items and scales. *Survey Question Bank*: methods fact sheet 1, 2010.
- LAPA, Tomás, ZANCHETI, Sílvio Mendes. Conservação Integrada Urbana e Territorial. In: ZANCHETI, Sílvio Mendes (Org.) *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2002.
- LEMO, Carlos. *O que é patrimônio histórico*. Editora e Livraria Brasiliense: São Paulo, 1981.
- LIRA, Flaviana B. *Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.
- _____. *Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural*: teoria e prática. *Oculum Ensaio*, v. 17, e204365, 2020.
- MILET, Vera. A Experiência de gestão e proteção ao sítio histórico de Olinda. In: ZANCHETI, Sílvio, MILET, Vera & MARINHO, Geraldo (Orgs.) *Estratégias de intervenção em áreas históricas – Revalorização de Áreas Urbanas Centrais*. Recife: Mestrado em Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE, 1995. Pp. 66 – 72.
- MOREIRA, André Renato Pina. *Estudos das transformações dos Espaços de Habitação do Sítio Histórico de Olinda*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU/UFPE). Recife: UFPE, 2006.
- PEREIRA JUNIOR, Clodomir Barros. *A conservação da cobertura vegetal como componente do patrimônio cultural em centros históricos urbanos*. Estudo de Caso: a cidade de Olinda – PE. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU/UFPE). Recife: UFPE, 2004.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA (PMO). *Diagnóstico da situação existente no sítio histórico de Olinda-PE (ZEPC-1)*. Recife, 2007.
- RODRIGUES, Cláudia Regina. *Monitoramento das transformações nas tipologias arquitetônicas e nos índices urbanísticos do Sítio Histórico de Olinda*. Trabalho de Conclusão de Curso. Recife: UFPE, 2000.
- SILVA, Eliane Azevedo, MEDEIROS, Jorge Passos, GOIS, Tânia Lemos Cruz. *Manual do Morador de Olinda: conservação das edificações particulares do sítio histórico de Olinda*. Olinda: FCPSHO, 1992.
- SÔLA-MORALES, Ignasi. (2001). Teorías de la Intervención Arquitectónica. *Revista PH*, nº 37. Espanha: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico (IAPH).

VIEIRA, Natália Miranda. *Gestão de Sítios Históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. *Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas*. *Anais do Seminário Arqueimemória 3*. Salvador, 2008.

_____. *Ressonâncias teóricas entre pesquisadores brasileiros e as correntes contemporâneas de restauro na Itália: e a prática?* *Anais do Seminário Arqueimemória 5*. Salvador, 2017.

ZANCHETI, Sílvio, MILET, Vera. *Gestão e Conservação do Sítio Histórico de Olinda, 1938-2006. Texto para Discussão*, v. 25. Olinda: CECI, 2006.

NOTAS

¹ Boa parte de seu acervo religioso já se achava tombado isoladamente, desde os anos de 1930, pela esfera federal de proteção.

² Constituído pela Fundação Centro de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (FCPSHO), pelo Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (CPSHO), pelo Fundo de Preservação e pelo instrumento do tombamento municipal. Articulada ao CPSHO, foi criada, posteriormente, a Câmara Técnica de Legislação e Tombamento de Olinda (CLT), cujos membros são remanescentes do Conselho e atuam na análise das intervenções físicas no sítio histórico, quando consideradas especiais.

³ Ainda que sua trajetória e relevância tenham sido reconhecidas junto à comunidade acadêmica e de especialistas, nacionais e internacionais, o CECI permanece em vias de dissolução, desde 2016, em virtude de mudanças de objetivos dos seus líderes, mas sobrevivendo em ações estimuladas pelo curso de Gestão do Restauro, conduzido pelo professor Jorge Eduardo L. Tinoco.

⁴ É de se notar o envolvimento do CECI na coordenação de vários trabalhos de pesquisas e publicações relacionados ao tema, consultar www.ceci-br.org

⁵ Essa consistiu na primeira auditoria de monitoramento do Sistema de Preservação de Olinda, estreando a atuação do TCE-PE junto ao tema da preservação cultural.

⁶ O único exemplar publicado nesse sentido havia sido o de Silva et al (1992), voltado para a instrução técnica dos elementos construtivos do casario antigo de Olinda e meios de limpeza e manutenção, não envolvendo questões projetuais de intervenção arquitetônica.

⁷ De acordo com a Lei nº 9.008/1995, o FDD “tem por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos”, o que fomenta ações da natureza do manual.

⁸ A autora identificou que a Rua do Amparo era reverenciada por seu caráter íntegro, até os anos de 1990, com o uso habitacional dominante, mas que estava sofrendo “graves transformações tipológicas, provocadas pela ação das intervenções de ordem particular dos proprietários dos imóveis, com o objetivo de adaptá-los ao uso comercial, de serviço e misto” (RODRIGUES, 2000, p. 12).

⁹ Foram entrevistados técnicos do IPHAN, da Prefeitura de Olinda, da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) e da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas Condepe/Fidem, somando oito servidores.

¹⁰ Nota Técnica nº 158/2019/ETO-PE/IPHAN-PE, datada de 27/09/2019.

¹¹ Nota Técnica nº 158/2019/ETO-PE/IPHAN-PE, datada de 27/09/2019.

¹² Ainda que se reconheça a importância de uma consulta junto aos moradores do sítio histórico de Olinda, acerca do manual, admite-se a ocorrência de um certo nível de mudança do perfil residencial, desde 2010, o que pode sinalizar um desconhecimento dos novos moradores para com o material publicado. Além disso, o atual momento de confinamento social impede uma atuação mais aproximada à parcela residencial, o que seria fundamental para esclarecimentos acerca dos objetivos da pesquisa.

¹³ A escolha por tal abordagem se deu pelas atuais circunstâncias de confinamento social, decorrentes da pandemia pelo novo coronavírus — situação que possivelmente também intimidou uma maior expressividade na quantidade de respondentes.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).